



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA, SERVIÇOS PÚBLICOS E DEFESA**  
**DO CONSUMIDOR**

**PARECER CONTRÁRIO Nº 1862/2022**  
**REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI - PROCESSO N. 3790/2021**  
**RELATOR: DOMINGOS PROTETOR**

Ementa: Altera a lei 6.387 de 26 de Outubro de 2006 e dá outras providências.

**I - RELATÓRIO:**

Trata-se de Projeto de Lei (Processo n.º 3790/2021), apresentado pelo nobre Vereador Fred Procópio, que altera a Lei n.º 6.387, de 26 de outubro de 2006 e dá outras providências.

A Comissão de Justiça e Redação exarou parecer favorável à tramitação deste Projeto de Lei e, agora, o processo está sendo submetido à apreciação da Comissão de Segurança Pública, Serviços Públicos e Defesa do Consumidor, tendo sido definido como Relator o Vereador Domingos Protetor.

É o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO:**

O presente Projeto de Lei tem por fim alterar a Lei n.º 6.387, de 26 de outubro de 2006 e dar outras providências.

O Autor do Projeto de Lei justifica que:

*“A CPTRANS, órgão da administração indireta do Município de Petrópolis, teve, pela Lei 4.790/90, instituído em suas funcionalidades*

*a emissão de passes, para o transporte público municipal.*

*Esta funcionalidade foi cedida à Setranspetro pela Lei 6.387/06,*

*sendo supervisionada pela CPTRANS, atuando como agente fiscalizador.*

*A presente propositura tem o objetivo de devolver a funcionalidade da*

*emissão do passe estipulada em lei, para o órgão de origem, fazendo*

*com que o Município tenha os mecanismos necessários para a*

*melhora*

*na arrecadação e maior controle na aplicação desses recursos.*

*(...)”*

De início, cumpre observar que a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município de Petrópolis/RJ (Lei n.º 025, de 10/10/2012) trazem em seu bojo a competência do Município para legislar sobre interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber. Assim, prescrevem o art. 30, incisos I e II e art. 16, § 3.º, respectivamente:

*“Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; (...)"*

*"Art. 16. Compete ao Município, na promoção de tudo quanto respeite*

*ao interesse local e ao bem-estar de sua população:*

*(...)*

*§3º As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício*

*privativo de outras, na forma da lei, desde que atendam ao peculiar*

*interesse do Município e ao bem-estar de sua população e não conflitem*

*com a competência federal e estadual. (...)"*

Portanto, o objeto da proposição em análise encontra-se no âmbito da competência do Município de Petrópolis.

Também importa mencionar que nos termos do art. 60, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Petrópolis (Lei n.º 025, de 10/10/2012), são de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

*"Art. 60. São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham*

*sobre:*

*(...)*

***III – criação, estruturação e atribuições das Secretarias,***

***Departamentos e Diretorias ou órgãos equivalentes da***

***Administração Pública;***

*(...)" (grifo nosso)*

*Na mesma senda, preceitua o art. 77 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Veja-se:*

***"Art. 77. É da competência privativa do Prefeito a iniciativa***

***das leis que disponham sobre:***

***I – criação, estruturação, atribuições ou extinção de***

***secretarias, órgãos e entidades da administração pública***

***municipal;***

*(...)" (grifo nosso)*

Desta forma, embora bastante louvável a iniciativa do Ilustre Vereador Fred Procópio ao propor o presente Projeto de Lei **entende-se que a matéria deveria ser proposta em forma de Indicação Legislativa**, visto que, nos termos do Regimento Interno desta Câmara de Vereadores:

***"(...)Art.82. Indicação é a proposição, sujeita à votação única,***

***em que, com fundamentação, são solicitadas medidas de***

***interesse público, cuja iniciativa legislativa ou execução***

***administrativa seja de competência privada do Poder***

***Executivo ou da Mesa da Câmara.***

***§1.º As indicações podem ser:***

(...)

***II – legislativas, quando se destinam a obter do Poder***

***Executivo ou da Mesa da Câmara medidas de interesse público,***

***que não constituem matéria de Projeto de Lei, de Resolução ou***

***Decreto Legislativo. (...)” (grifo nosso)***

### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto e com as ressalvas supramencionadas, manifesta-se **DESAVORAVELMENTE** à tramitação **do Projeto de Lei nº 3790/2021**.

Sala das Comissões em 24 de Fevereiro de 2022



DOMINGOS PROTETOR  
Vice - Presidente